HISTÓRIA DO NEOLIBERALISMO



Conselho Editorial da Editora Livraria da Física

Amílcar Pinto Martins - Universidade Aberta de Portugal

Arthur Belford Powell - Rutgers University, Newark, USA

Carlos Aldemir Farias da Silva - Universidade Federal do Pará

Emmánuel Lizcano Fernandes - UNED, Madri

Iran Abreu Mendes - Universidade Federal do Pará

José D'Assunção Barros - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Luis Radford - Universidade Laurentienne, Canadá

Manoel de Campos Almeida - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Maria Aparecida Viggiani Bicudo - Universidade Estadual Paulista - UNESP/Rio Claro

Maria da Conceição Xavier de Almeida - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria do Socorro de Sousa - Universidade Federal do Ceará

Maria Luisa Oliveras - Universidade de Granada, Espanha

Maria Marly de Oliveira - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Raquel Gonçalves-Maia - Universidade de Lisboa

Teresa Vergani - Universidade Aberta de Portugal

Tiago Santos Salgado

HISTÓRIA DO NEOLIBERALISMO

Série Saber & Crítica 20

LF EDITORIAL
2026

Copyright © Tiago Santos Salgado
1ª Edição

Direção editorial: Victor Pereira Marinho e José Roberto Marinho

Capa: Fabrício Ribeiro
Projeto gráfico e diagramação: Fabrício Ribeiro

Edição revisada segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Salgado, Tiago Santos
História do neoliberalismo / Tiago Santos Salgado. – São Paulo: LF Editorial, 2026. –
(Série saber & crítica; 20)

Bibliografia
ISBN 978-65-5563-815-8

1. Neoliberalismo I. Título. II. Série.

26-397058.0 CDD-330.122

Índices para catálogo sistemático:
1. Neoliberalismo: Política econômica 330.122

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida
sejam quais forem os meios empregados sem a permissão da Editora.
Aos infratores aplicam-se as sanções previstas nos artigos 102, 104, 106 e 107
da Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998



Editora Livraria da Física
www.livrariadafisica.com.br
www.lfeditorial.com.br

Para Amanda e Chico

SUMÁRIO

As origens do neoliberalismo.....8
As dissidências dentro do neoliberalismo 38
Neoliberalismo na América Latina.....53
Neoliberalismo, democracia e fascismo.....74
Bibliografia comentada.....97
Sobre o autor.....107

AS ORIGENS DO NEOLIBERALISMO

É muito comum relacionar neoliberalismo com a ideia de "Estado mínimo", ou seja, com uma série de políticas econômicas cujo objetivo é abrir caminho para o avanço da iniciativa privada, contendo gastos públicos, reduzindo direitos sociais e trabalhistas e vendendo ativos públicos. No entanto, como pode ser chamado de "Estado mínimo" se todas essas medidas são implementadas pelo próprio Estado?

Em outras palavras, como pensar em "Estado mínimo" se é o Estado que deve atuar para conter as revoltas sociais derivadas das políticas neoliberais? Se o Estado é mínimo por que os neoliberais se colocam como alternativa à gestão do Estado? Ainda mais, se o Estado é mínimo, por que é o Estado que cria as normativas que definem o funcionamento do mercado, garante a propriedade privada e a acumulação e exploração do trabalho no capitalismo?

Para compreender como se deu a relação entre neoliberalismo, Estado e democracia é necessário entender como o pensamento neoliberal se constituiu e como propôs uma série de intervenções, que não são apenas econômicas, mas prioritariamente políticas. Portanto, é preciso investigar de que maneira o neoliberalismo conseguiu se tornar uma alternativa real, o elemento formulador por meio de

teorizações que combinaram a ação e a produção intelectual, de políticas públicas.

Dessa forma, esse livro tem como objetivo apresentar uma série de elementos que buscam esclarecer como se deu a formação do neoliberalismo, apresentando suas principais características, mas também as particularidades de suas diferentes "escolas". Além disso, busca analisar como o neoliberalismo se efetivou na América Latina, articulando suas consequências com as formas políticas às quais o neoliberalismo pode se apresentar. Tal aspecto se mostra pertinente em função das tensões em torno da defesa da democracia e do avanço de forças de extrema direita em todo o mundo, em particular nos países latino-americanos.

Portanto, entendemos que a discussão sobre o neoliberalismo não se restringe à aspectos abstratos, mas faz referência à vida real dos trabalhadores que estão submetidos a condições de trabalho cada vez mais precarizadas. Em outras palavras, como veremos, o neoliberalismo tem como objetivo criar as condições para a submissão cada vez mais intensa do trabalho em relação ao capital, sendo necessário para isso construir uma forma hegemônica de compreensão da sociedade.

Assim, as considerações que foram pensadas no decorrer do livro se inserem também em um contexto político, já que entender as formas de dominação é fundamental para que possamos se desvencilhar da lógica neoliberal de que "não há alternativa", como preconizou Margareth Thatcher

na década de 1980, e conseguir formular uma forma de superação da lógica neoliberal.

O objetivo do primeiro capítulo é compreender como o neoliberalismo se tornou uma alternativa real como base teórica para a formulação de políticas públicas, sendo que sua trajetória pode ser compreendida em diferentes momentos históricos: desde a formulação intelectual nas décadas de 1930 e 1940, a permanência marginal no contexto do Estado de bem-estar social (ou Estado social) no pós-Segunda Guerra e a ascensão como projeto político, a partir da crise dos anos 1970, culminando na consolidação global e as relações com as consequências da crise de 2008.

Apesar de a lembrança histórica mais marcante do neoliberalismo retomar os pressupostos do Consenso de Washington, em 1989, e suas consequências para os países latino-americanos, as bases das políticas de austeridade, que caracterizam o neoliberalismo, remontam ao final do século XIX e início do século XX, sendo possível definí-lo como uma tentativa de refundar o liberalismo, o qual, naquele período, estava sendo questionado, sobretudo após a crise de 1929 que eclodiu com a quebra da Bolsa em Nova York.

Como as cadeias produtivas já estavam integradas a crise que tem início nos EUA foi sentida globalmente, afetando as taxas de lucro de forma geral. Se a crise de 1929 foi o resultado da superprodução em um país que tinha como base a defesa dos princípios liberais de que as leis do mercado regulariam a economia e a sociedade, na década de

1930 aconteceu um aumento dos questionamentos acerca do liberalismo como forma de fazer a gestão das sociedades capitalistas.

No caso da austeridade, é importante destacar que tal política se enquadra no contexto de avanço dos movimentos de contestação ao capitalismo, após a Primeira Guerra Mundial. A economista e professora na Universidade de Tulsa, Clara E. Matei destaca que o planejamento econômico durante esse conflito por parte dos Estados beligerantes acabou expondo aos trabalhadores que a lógica de mercado não é natural, que existe alternativas para o controle e a distribuição da produção, ou seja, que há alternativas ao capitalismo.

Dessa maneira, como resposta ao avanço dos questionamentos sobre os efeitos do capitalismo, o "efeito austeridade" foi utilizado para controlar a classe trabalhadora. Para tal, se efetivou a partir de um duplo esforço de consenso e coerção para justificar a diminuição da atuação do Estado e o fim do planejamento econômico.

No caso coercitivo, a austeridade foi uma resposta antidemocrática às ameaças da classe trabalhadora, uma vez que, ao limitar o investimento público, a introdução de alternativas ao capitalismo é inviabilizada. Em relação ao consenso, houve um esforço para conscientizar o público sobre a legitimidade e a necessidade de reformas que favorecessem a estabilização econômica, ainda que fossem dolorosas para a população, pois deveriam delegar a formulação de políticas públicas para tecnocratas, capazes de

racionalizar e otimizar os recursos estatais – práticas que significavam a diminuição do investimento público na área social.

Assim, a política de austeridade passou a ser utilizada de três maneiras: austeridade fiscal, que se manifesta através da tributação regressiva e do corte de gastos públicos, especialmente na área da saúde e da educação; austeridade monetária, com políticas de reavaliação monetária, a qual significava o aumento das taxas de juros e a redução da oferta de moeda para proteger os credores; por fim, austeridade industrial, aplicada por meio da repressão contra sindicatos e greves e pela adoção do arrocho salarial, com o objetivo de diminuir o custo do trabalho.

Com a lógica da austeridade em andamento, após a aproximação do fim da II Guerra Mundial, o Congresso Walter Lipmann – realizado em Paris, em 1938 e que reuniu intelectuais como Friedrich Hayek e Alexander Rüstow – e o surgimento da Sociedade Mont Pèlerin – em 1947 – são considerados os marcos fundadores do neoliberalismo, quando intelectuais comprometidos com as forças de mercado e com os interesses do capital buscaram encontrar alternativas para superar a crise de legitimidade do liberalismo e as consequências da crise de 1929.

Em linhas gerais, nesse primeiro momento do neoliberalismo as críticas tinham origem em duas frentes principais. A primeira era contra a ingerência do Estado na economia e o aumento do gasto público por meio do New Deal nos EUA. A segunda, que se apresenta como consequência da

primeira, era a possibilidade do avanço do socialismo nos EUA e nos países europeus, em particular, tendo como horizonte o avanço da Revolução Russa.

A partir de 1933 os EUA deram início a um plano econômico para dinamizar a economia através do investimento e da ingerência estatal. Tal plano ficou conhecido como New Deal e teve como principais características o investimento em obras públicas para a geração de emprego e a reconstituição do poder de compra, a concessão de créditos para agricultores, a adoção de políticas sociais e de maior controle sobre o mercado financeiro, como o objetivo de impedir a especulação que havia contribuído para a crise em 1929.

Apesar de ter conseguido, de forma gradual, recuperar a economia dos EUA, a grande responsável pela retomada dos índices de acumulação e crescimento no país foi o início da II Guerra Mundial. A partir do momento em que entraram no conflito no final de 1941, o país converteu boa parte de seu parque produtivo para a Guerra, o que, na prática, se converteu em uma economia de guerra em que o Estado passou a emitir mais créditos, aumentar o investimento e garantir a compra da produção das empresas nacionais, o que resultou em um intenso crescimento produtivo.

No entanto, para os neoliberais, o New Deal, cuja proposta se materializava em um Estado provedor, que dinamizava a economia com o aumento do gasto público e a garantia direitos sociais aos trabalhadores, acabava por gerar um desarranjo na concepção natural do ser

humano enquanto ser social. Economistas e intelectuais como Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, por exemplo, consideravam que a ingerência do Estado social limitava o caráter *empreendedor* do indivíduo, o que acarretaria um rebaixamento do desenvolvimento da sociedade como um todo.

É importante destacar que o sentido da ideia de *empreendedorismo* para os neoliberais não é, necessariamente, a ideia de abrir uma empresa ou se tornar um empresário, mas sim a capacidade de inovar e encontrar soluções adequadas aos problemas que os indivíduos precisam enfrentar nas sociedades de mercado. Portanto, para os neoliberais, quando o Estado passa a "oferecer" a solução dos problemas sociais, os indivíduos perdem a capacidade de encontrar, por méritos próprios, a resolução dos problemas.

Dessa maneira, naquele momento, os neoliberais defendiam que, apesar das graves consequências sociais da crise de 1929, a tendência da economia de mercado era retornar a um estado de equilíbrio, ainda que, para isso, acontecesse um rebaixamento generalizado das condições de vida de grande parte da população por um período. Era um "mal necessário", já que os mais bem adaptados conseguiriam superar a crise e sair de tal situação em uma condição mais favorável.

Em linhas gerais, para alguns autores existe a retomada de um argumento próximo ao elaborado no final do século XIX pelo filósofo Herbert Spencer, o qual condenava veementemente a ação do Estado para socorrer os pobres.

Nessa perspectiva, a ideia se aproxima de uma lógica malthusiana ou darwinista social, em que os mais fracos deveriam perecer para que a sociedade de mercado pudesse prosperar através da iniciativa dos supostamente mais aptos e fortes. Assim, quando o Estado atua para socorrer os indivíduos ou grupos mais vulneráveis, ele desestimula as pessoas a empreender, o que significa buscar formas de crescimento e prosperidade individuais.

Nessa perspectiva, ao garantir condições de sobrevivência material para todos, o Estado estaria incentivando uma sociedade pior e menos eficiente, pois estaria premiando os menos adaptados em detrimento daqueles que buscam, por mérito individual, superar os obstáculos impostos pelo capitalismo.

Juntamente ao rebaixamento do conjunto da sociedade, a intervenção do Estado social acarretaria o avanço do socialismo, o que, para os neoliberais, seria a grande ameaça para as sociedades capitalistas ocidentais. Nesse aspecto, ainda que com particularidades, os intelectuais neoliberais apontam o avanço das experiências de democracia de massas como uma grande ameaça, uma vez que cria espaços de pressão ao poder público e aos políticos, que dependem do voto e do processo eleitoral para se manterem no poder político.

Hayek, por exemplo, considerava que a democracia de massas e as políticas sociais tinham como consequência os regimes totalitários, criando uma lógica em que a democracia de bem-estar criaria condições para a ascensão de

regimes de caráter fascistas, que, por consequência, seriam análogos ao socialismo. Esse raciocínio coloca no mesmo quadrante ideologias díspares (fascismo e socialismo) com o objetivo de eternizar a lógica neoliberal.

Em linhas gerais, para o neoliberalismo, os espaços sociais criados pela democracia liberal, nos quais a população pode pressionar e eleger diretamente políticos, são considerados um problema, pois os candidatos, para agradar seus eleitores, tendem a adotar medidas de natureza populista, abandonando o saneamento das contas públicas em favorecimento de medidas de auxílios e direitos sociais, o que inviabilizaria o funcionamento pleno dos mercados e, consequentemente, abriria espaço para ao avanço do comunismo.

Os neoliberais afirmavam que a democracia de massas, em sua forma eleitoral, é refém de grupos de pressão organizados, sobretudo dos sindicatos e de partidos de trabalhadores que buscam aumentar as atribuições do Estado enquanto garantidor de uma vida digna para todos. Portanto, os neoliberais apresentam uma ambiguidade em relação à defesa da democracia, legitimando muitas vezes, como será demonstrado, a imposição de regimes políticos de natureza autoritária.

É sabido que alguns neoliberais justificaram de forma aberta o fascismo. Mises, por exemplo, afirmou ser inegável o papel civilizatório cumprido pelo fascismo ao barrar o socialismo. Já Hayek e o economista Milton Friedman, em nome da liberdade de mercado, não condenaram o

autoritarismo e a violência da ditadura chilena. Para os dois intelectuais neoliberais, uma "ditadura liberal" era melhor que uma "democracia social", sendo a grande ameaça ao futuro do Chile o governo socialista de Salvador Allende e não a ditadura de Augusto Pinochet.

Em 1981, Hayek visitou o Chile pela segunda vez e, em entrevista ao jornal *El Mercurio*, defendeu que uma ditadura poderia ser um sistema necessário e que era possível que um ditador governasse de forma liberal, assim como era possível que uma democracia se configurasse como uma forma de governo totalmente fora da lógica liberal, colocando em risco os pressupostos de mercado necessários para o crescimento econômico. Esse seria o caso chileno durante o governo de Allende.

Com isso, Hayek deixa claro que sua visão de democracia era instrumental, não sendo considerado um valor absoluto. Ora, então qual o valor deve ser defendido pelos neoliberais? A resposta é a liberdade, mas não qualquer liberdade, apenas a econômica. Para Hayek, a disjunção é entre democracia e autoritarismo e entre liberalismo e totalitarismo.

O governo de Allende não era autoritário, mas Hayek o considerava como totalitário, já que não reproduzia as liberdades de mercado, enquanto a ditadura de Pinochet era autoritária, mas garantia as liberdades econômicas. Essa formulação revela uma concepção de liberdade centrada no funcionamento dos mercados, e não necessariamente na garantia de direitos individuais.

Apesar de terem apoiado experiências autoritárias, as discussões para o problema democrático também variaram. Umas das soluções apresentadas por ideólogos como Wilhelm Ropke e Hayek foi a instauração de um voto ponderado, cujo "valor" seria definido pela renda do cidadão. Para esses autores neoliberais, isso equivaleria a impor à política a ordem econômica, mais racional e menos suscetível à pressão das massas. Ropke, analisando a experiência segregacionista sul-africana, pensava na ponderação do voto para evitar que negros pudessem ocupar cargos de poder e impor políticas de redistribuição de renda.

Ropke defendeu que em sociedades multirraciais, como a sul-africana, existia um desnível cultural e civilizacional e que a adoção de políticas como o sufrágio universal, por exemplo, poderia rebaixar o conjunto do país, em especial para a população branca, considerada pelo autor como europeizada. Assim, argumentos racialistas ganhavam uma nova roupagem, sendo inseridos em um contexto político e científico, que, como veremos, passou a fazer parte da construção discursiva de setores do neoliberalismo.

A defesa de saídas institucionais para a questão democrática também deixa claro que, ao contrário do que é comumente defendido, o neoliberalismo não significa a defesa de um Estado mínimo. Para os neoliberais, o Estado deve atuar em duas direções fundamentais: na contenção contra as pressões populares, com repressão a sindicatos e partidos políticos; e criando um ordenamento institucional

e jurídico capaz de proteger os mercados e possibilitar que estes possam atuar da forma mais desejável possível.

Para o historiador Quinn Slobodian, o Estado tem a função de "encapsular" o mercado através da criação de instituições e jurisdições que tornem possível a circulação de capitais e a máxima exploração do trabalho. Como fica claro, os neoliberais têm um problema com a arena política, já que esta é sujeita à pressão popular. Desse modo, defendem uma despolitização da sociedade, sendo que as decisões deveriam ser tomadas por critérios empresariais, atendendo às demandas de gestão privada. Por isso, defendem a existência de órgãos financeiros independentes em relação ao governo e que atuariam de maneira técnica e supostamente neutra.

O objetivo central é restringir ao máximo as margens de manobra do poder governamental, no que diz respeito às matérias sociais e econômicas. Para tal, é necessário especificar – por meio da elaboração de uma constituição, que deveria avançar ao terreno econômico – quais seriam os limites do governo. Dessa forma, abriu-se a possibilidade de que normas neoliberais, como a austeridade fiscal, fossem incorporadas à legislação de países para garantir o respeito às normas de mercado.

No entanto, Hayek admite que o aspecto orçamentário não é uma questão apenas econômica, mas, sobretudo, política, pois impede que políticos aumentem os gastos públicos sem critério para conseguir votos, afinal qualquer

aumento de despesa acarretaria um aumento de impostos, medida que é impopular entre os eleitores.

Assim, o mercado deixaria de ser aquilo que a política não deveria avançar, e passa a ser o elemento ao qual ela deveria se subordinar. Portanto, segundo o filosofo Grégoire Chamayou, o mercado passava, do ponto de vista da política governamental, do *status* de objeto-limite, ao de sujeito limitador da ação política.

Estas são as formulações gerais do neoliberalismo. Uma ideologia política e econômica que defende a liberdade de mercado, mas não a ausência do Estado. Contudo, apesar de essa ideologia ter sido elaborada no início do século XX, os neoliberais somente conseguiram se colocar como uma alternativa à formulação de políticas públicas a partir da década de 1970.

A chegada "tardia" do neoliberalismo à arena pública, pode ser explicada pelo avanço do Estado de bem-estar social após a Segunda Guerra Mundial. O Estado social passou a ser predominante na Europa como uma forma de contenção do avanço socialista no contexto de Guerra Fria, ou seja, foi uma ferramenta de contenção das lutas de classe no contexto pós-guerra.

Cabe destacar um fator histórico importante, o contexto da Guerra Fria que possibilitou o avanço do Estado de bem-estar, ou Estado social, na Europa ocidental. A existência da URSS e de países socialistas fizeram com que o processo de reconstrução europeia após a Segunda Guerra considerasse políticas que pudessem esvaziar as pautas